

35h

PARA TODOS

- uma luta com história -

STAL
INDICATO DE BRIL 40^o
aniversário
1975-2015

Desde a aprovação do retrógrado diploma (Lei 68/2013) que aumentou o horário para as 40 horas em toda a Administração Pública, o STAL assumiu a posição firme de contrariar esse propósito do Governo.

Mobilizando os trabalhadores das autarquias para a defesa do seu horário de trabalho, diligenciando junto dos executivos autárquicos e apresentando um vasto conjunto de providências cautelares, bem como uma petição à AR, o Sindicato logrou impedir a aplicação da medida ou a sua suspensão em mais de dois terços das autarquias.



PETIÇÃO



Contra o empobrecimento, pelos direitos, não às 40 horas!

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia da República

O STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, com sede na Rua D. Luís I, 20-F, 1249-126 Lisboa, o STML - Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, com sede na Rua de S. Lázaro, n.º 66, 1.º, 1150-333 Lisboa e os cidadãos constantes das listagens anexas, vêm, no exercício do seu direito de petição, expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

1. A lei n.º 68/2013, de 29 de Agosto, vem impor o aumento do horário de trabalho de 40 horas semanais e 8 diárias, aplicando-se a todos os trabalhadores da administração pública desde o dia 28 de Setembro de 2013;
2. A imposição deste regime laboral representa um enorme retrocesso civilizacional, porquanto o regime das 35 horas semanais e 7 diárias foi alargado a todos os trabalhadores em 1998, com a publicação do decreto-lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, através da redução gradual que se concretizou totalmente em 2000;
3. Os horários impostos desvalorizam os salários dos trabalhadores, nomeadamente pela redução directa do valor da hora de trabalho, e prejudicam seriamente a organização da sua vida pessoal e familiar;
4. É colocada em causa a autonomia gestora das autarquias, consignada na Lei Fundamental, sendo-lhes impostos gravosos aumentos de horários, injustificados quer do ponto de vista meramente funcional, quer, medida em que constituem mais um grosseiro factor de desmotivação dos trabalhadores, mediante o cont. há longos anos consolidados;
5. É incongruente a aplicação de uma lei cuja matéria é parte integrante do anteprojecto da Lei Geral do Funções Públicas, ainda em discussão com os Sindicatos da Administração Pública;
6. Lei cujo teor é absolutamente intolerável, violando ostensivamente relevantes princípios constitucionais, a igualdade, da confiança jurídica e da proporcionalidade o que, só por si, impõe a sua imediata revogação.

Nestes termos,

- Conscientes do papel ímpar que as autarquias locais têm hoje na sociedade portuguesa no combate às desigualdades sociais e prestação de serviços públicos essenciais e de que existem outras alternativas para o combate à crise e redução da despesa pública;
- Convictos de que não é com o aumento do horário de trabalho e a consequente desvalorização salarial dos trabalhadores da administração pública que são criadas medidas que levarão ao desenvolvimento económico do país, antes agravando os seus problemas estruturais, seja ao nível do consumo das famílias, do investimento e do desenvolvimento, seja ao nível da prestação de serviços essenciais às populações e do combate ao desemprego;
- Imunados na firme defesa dos direitos dos trabalhadores e de eminentes princípios da Lei Fundamental que mais uma vez estão a ser grosseiramente violados,

Os cidadãos subscretores exigem que, em harmonia com o disposto nos art.ºs 17.º e seguintes da Lei 43/90, de 10/08, na sua actual redacção, a Assembleia da República promova as medidas necessárias para que a lei em apreço seja revogada.



Outubro 23, 2013

**Revogar as 40 horas,
respeitar os direitos constitucionais**

**STAL e STML ENTREGARAM PETIÇÃO NA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA COM 20 MIL ASSINATURAS**

Uma delegação do STAL e do STML foi hoje recebida pelo vice-presidente da Assembleia da República e deputado do PCP, António Filipe, a quem fez a entrega de uma petição, exigindo a revogação da lei n.º 68/2013, de 29 de Agosto, que impôs o aumento do horário de trabalho de 40 horas semanais e 8 diárias.

[C] - Inconstitucional - Anotado - Acto 714/2013

ACÓRDÃO N.º 794/2013

Processos n.ºs 935/13 e 962/13
Plenário
Relator: Conselheiro Pedro Machete

Acordam, em Plenário, no Tribunal Constitucional:

I. Relatório

1. Um grupo de Deputados à Assembleia da República, eleitos pelo Partido Socialista, veio requerer, ao abrigo do disposto no artigo 281.º, n.º 2, alínea f), da Constituição da República Portuguesa, a declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral:

- a) Das normas do artigo 2.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, na interpretação conjugada com a norma constante do artigo 10.º da mesma Lei;
- b) Da norma do artigo 3.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, na parte em que altera o artigo 126.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro;
- c) Das normas do artigo 4.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

Entendem:

Dezembro 20, 2013

Maioria dos Municípios aplica as 35 horas
LUTA PROSEGUE PELO HORÁRIO DE TRABALHO



A esmagadora maioria dos municípios do território continental e ilhas aplicam o horário das 35 horas semanais, regime que já consta em cerca de quatro dezenas de acordos colectivos de entidade empregadora pública, negociados nas últimas semanas entre as autarquias e o STAL.

Dos 308 municípios portugueses, 190 (61,7%) mantêm as 35 horas, enquanto 118 (38,3%) decidiram aplicar as 40 horas, segundo um balanço efectuado, dia 19, pela Direcção Nacional do STAL.

A gritante injustiça da medida viria a dividir os próprios magistrados do Tribunal Constitucional que, por sete votos a favor e seis contra, deixaram passar a lei.

Porém, no seu acórdão tornaram claro que o horário de trabalho é matéria susceptível de regulamentação colectiva, tendo as partes (trabalhadores e entidades empregadoras) inteira legitimidade para celebrar novos acordos consagrando a redução do tempo de trabalho.

Entre o último trimestre de 2013 e Outubro passado, o STAL celebrou cerca de meio milhar de acordos, abrangendo municípios, freguesias e uniões de freguesias, associações de municípios e outras entidades de âmbito local e regional.

Praticamente todas as semanas, o STAL celebrou novas convenções que garantem o horário das 35 horas a milhares de trabalhadores, sem inclusão de instrumentos invasivos deste direito, como a adaptabilidade ou o banco de horas.



Vendo gorar-se a tentativa de generalizar as 40 horas na Administração Pública, passo prévio para seguidamente impor a semana das 45 horas no sector privado, o Governo recorreu ao chamado veto da gaveta.

Começou por violar ostensivamente o prazo de 15 dias para recusar ou aceitar o depósito dos acordos e proceder à sua publicação, sem prestar qualquer explicação.

Em 10 de Fevereiro de 2014, fortemente pressionado pelas sucessivas manifestações de protesto dos trabalhadores no Terreiro do Paço, revelou que aguardava a emissão de um parecer solicitado ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República (PGR), ficando até lá suspensa a publicação dos acordos.

O STAL considerou a decisão ilegal e reclamou junto do Tribunal o respeito pela contratação colectiva em conformidade com a legislação.



Fevereiro 11, 2014

STAL rejeita «veto de gaveta»
PEDIDO DE PARECER À PGR NÃO PODE IMPEDIR
PUBLICAÇÃO DE ACORDOS (ACEEP)

Fevereiro 26, 2014

STAL entrega queixa ao Provedor de Justiça
TERCEIRO DIA DA SEMANA
DE CONCENTRAÇÕES

Setembro 3, 2014

**Governo intimado a justificar não
publicação dos ACEP**

TRIBUNAL DÁ RAZÃO AO STAL

Na sequência das acções desenvolvidas nos últimos meses frente ao Ministério das Finanças, o STAL interpôs um conjunto de acções em Tribunal contra a tentativa por parte de Governo de boicotar a contratação colectiva, «suspendendo» por tempo indeterminado a publicação das quase cinco centenas de ACEP já assinados.

No dia 4 de Abril, o Tribunal Administrativo de Lisboa intimou o Governo, através do secretário de Estado da Administração Pública, Leite Martins, a fornecer ao STAL o teor da consulta feita pelo Governo junto da Procuradoria-Geral da República.

A Constituição da República é de uma clareza cristalina sobre esta matéria. O seu artigo 242.º define que a tutela administrativa que o Governo exerce sobre as autarquias locais consiste na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos, o que exclui expressamente quer o poder de negociar em nome das autarquias, quer o poder de vetar acordos celebrados entre as organizações sindicais e estas entidades empregadoras públicas.

Após quase um ano de bloqueio da publicação dos acordos colectivos de empregador público (ACEP), o Governo emitiu em 26 de Setembro um comunicado em que invoca o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, o qual, alegadamente, lhe daria cobertura para se intrometer e negociar com as autarquias os ACEP que estas celebraram com os sindicatos.



Na verdade tratava-se de mais uma manobra do Executivo governamental para esconder o rotundo fracasso da sua ofensiva com vista a generalizar o horário das 40 horas em toda a Administração Pública, incluindo as autarquias.

Com tal objectivo, o Governo não hesitou em afrontar a autonomia constitucional das autarquias e imiscuir-se flagrantemente nas suas competências definidas por lei, uma das quais é precisamente a gestão e organização dos seus trabalhadores.

Ficou pois claro que esta tentativa desesperada do Governo de interferir nos ACEP não só contrariava o acórdão do TC como colidia com os princípios da autonomia do poder local e do direito à contratação colectiva.

Setembro 26, 2014

STAL exige publicação imediata dos ACEP
GOVERNO INSISTE NA OCULTAÇÃO E NA ILEGALIDADE

Um governo prepotente que não cumpre a Constituição nem cumpre decisões do Tribunal Central Administrativo, insistindo em negar a divulgação do parecer da PGR sobre os ACEP.



Outubro 1, 2014

Acordos são para valer

STAL REJEITA INTROMISSÃO DO GOVERNO

O STAL reafirma que o direito constitucional à contratação colectiva e o princípio da autonomia do poder local não são palavras mortas que o Governo pode ignorar à sua vontade, mesmo que para isso pretenda escudar-se num parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, que prima pela ambiguidade.

Rejeitando claramente a ingerência do Governo, várias autarquias assinaram novos acordos poucos dias depois do referido comunicado e da divulgação do conteúdo do parecer do Conselho Consultivo da PGR.

Em Coimbra, no dia 30 de Setembro, o STAL celebrou com o município um acordo que fixa as 35 horas para o universo de dois mil trabalhadores da autarquia.

Na ocasião, o edil assinalou que nos locais onde se passou das 35 para as 40 horas semanais de trabalho aumentou a despesa pública e não aumentou a produtividade, considerando histórico o momento da assinatura dos acordos.

Sobre o comunicado do Governo, Manuel Machado, também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, qualificou o como um ataque à autonomia local e uma intrusão do Governo que faz lembrar tempos da velha senhora.

No mesmo dia, o Sindicato assinou outro acordo similar com o Município de Pampilhosa da Serra.



A 2 de Outubro, mais de três mil trabalhadores das autarquias de todo o continente e regiões autónomas da Madeira e Açores participaram numa manifestação em Lisboa.

O protesto massivo foi também uma expressiva resposta dos trabalhadores à última manobra do Governo para tentar impor as 40 horas semanais na Administração Local.

Invocando um duvidoso parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral de República, o Governo tentou aprisionar as autarquias, amputar-lhes competências, para ser ele a decidir como devem gerir e organizar os serviços e os seus trabalhadores. Porém, a manobra estava condenada ao fracasso, como demonstrado pelo enorme número de autarquias que continuou a assinar ACEP com o STAL, recusando a ingerência do Governo.

Outubro 2, 2014

**Exigimos a publicação dos ACEP
MILHARES DE TRABALHADORES DA
ADMINISTRAÇÃO LOCAL PROTESTAM À
PORTA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Muitos milhares de trabalhadores das autarquias protestaram hoje em Lisboa, com concentração às 10 horas na Estrela desfilaram até à Presidência do Conselho de Ministros.



Outubro 31, 2014

Muitos milhares de trabalhadores da
Administração Pública desfilaram em Lisboa

OS TRABALHADORES EM PROTESTO APROVARAM
UMA RESOLUÇÃO EM DEFESA DAS 35 HORAS.

Novembro 13, 2014

Forte participação dos trabalhadores nas acções
convocadas pelo STAL

DIA NACIONAL DE INDIGNAÇÃO, ACÇÃO E LUTA



Dezembro 4, 2014

Milhares condenam bloqueio ilegal dos ACEP

TRABALHADORES E ELEITOS AUTÁRQUICOS
PROTESTAM EM LISBOA

Milhares de trabalhadores e dezenas de eleitos
autárquicos concentraram-se hoje, pela manhã,
junto ao Ministério das Finanças, de onde
desfilaram até à Assembleia da República.



A luta pelas 35 horas não abrandou e o final de 2014 foi marcado por diversas acções, como a manifestação que trouxe milhares de trabalhadores da Administração Pública a Lisboa, no dia 31 de Outubro; o Dia Nacional de Indignação, Acção e Luta, convocado pela CGTP, que contou com uma forte participação dos trabalhadores da Administração Local de norte a sul do País, e ainda a grandiosa jornada de luta de 4 de Dezembro, convocada pelo STAL e STML, em defesa das 35 horas e da Autonomia do Poder Local.

O ano encerra com uma nota positiva: o Provedor de Justiça decide pedir a fiscalização da constitucionalidade do artigo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que sustentava a pretensão do Governo em interferir na negociação dos ACEP.

Já em 2015, activistas do STAL decidem parodiar o governo, cantando versões satíricas dos “Reis” e das “Janeiras”, dia 5 no Porto e dia 6 em Lisboa, tendo oferecido ao Secretário de Estado da Administração Pública uma «edição especial» do Diário da República com todos os acordos publicados.

Janeiro termina com uma semana de luta em defesa das 35 horas, convocada pelo STAL. A iniciativa, que trouxe milhares de trabalhadores e activistas sindicais de todo o País até ao Ministério das Finanças, contou no último dia com a participação do Secretário-Geral da CGTP. Na sua intervenção, Arménio Carlos sublinhou a importância da luta dos trabalhadores da Administração Local em torno do horário de trabalho. Luta que será vitoriosa e trará benefícios para todos os trabalhadores portugueses.

Confrontado com um Orçamento de Estado para 2015 que chantageia as autarquias que mantêm as 35 horas, impedindo-as de procederem à contratação de pessoal, o STAL intensifica a luta em várias frentes, com manifestações e entrega de cartas abertas, tendo continuado a assinatura de ACEP com autarquias de norte a sul.

Em Março, o STAL marca presença no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios, onde entrega uma Carta Aberta, exortando os autarcas a repudiarem a ingerência do governo na autonomia do poder local.



Dezembro 17, 2014

STAL canta as Janeiras pelas 35 horas

HOJE NO PORTO, AMANHÃ EM LISBOA

Dirigentes e activistas do STAL cantam hoje, dia 5, no Porto, pelas 15,30 horas os «Cantares aos Reis». Amanhã, pelas dez horas, um grupo desfila pela baixa lisboeta até ao Ministério das Finanças, cantando as Janeiras pela publicação dos ACEP que consagram as 35 horas nas autarquias.

Janeiro 30, 2015

Milhares encerram semana de protesto

LUTA EM DEFESA DAS 35 HORAS VAI CONTINUAR

STAL encerra semana de protestos com mais de dois milhares de trabalhadores, dirigentes, activistas sindicais e autarcas do distrito de Setúbal.



Abril e Maio são de luta e vitória: uma grandiosa manifestação dos trabalhadores da Administração Local enche as ruas da capital, o STAL interpõe uma queixa-crime contra o Secretário de Estado da Administração Local, por abuso de poder e atentado ao Estado de Direito.

O dia 30 de Abril fica marcado pela vergonhosa assinatura de um ACEP com banco de horas e adaptabilidade, entre a CM Sintra, um sindicato da UGT e o SEAP.

Em Maio, o Tribunal Administrativo de Lisboa vem dar razão ao STAL, condenando o Ministério das Finanças a publicar em Diário da República o ACEP celebrado com uma freguesia de Montemor-o-Novo.

À luz destes acontecimentos, a Direcção Nacional, reunida a 15 de Maio, decorridos 673 dias de luta pelas 35 horas, aprovou uma resolução exigindo a reposição da legalidade com a publicação dos «mais de 600 acordos colectivos assinados entre o Sindicato e diversas entidades autárquicas», bem como «o fim imediato dos processos de protelamento, coação e chantagem que tem exercido sobre as autarquias».

Esta é uma luta que este Governo ilegítimo já perdeu em toda a frente, mesmo não o querendo admitir.

A vitória será nossa!

Vamos continuar a fazer história...





Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins

Recolha e edição: Departamento de Informação Sindical, Fevereiro 2015